

Desafios para o Paraná

Diretores do Senge-PR avaliam as perspectivas e desafios para a próxima gestão do governo paranaense



Entrevista: Engenheiros Valter Fanini, Joel Krüger e Paulo Ferraz _____ Páginas 5 a 9

Artigo: Presidente do Senge-PR, Valter Fanini, sugere a reconstrução das instituições públicas, principalmente as ligadas aos investimentos públicos _____ Páginas 3 e 4

Jantar do Dia do Engenheiro: veja as fotos das confraternizações



Eventos realizados na sede e regionais do Senge-PR reuniram mais de mil convidados em comemoração ao Dia do Engenheiro

Páginas 12 a 15

Notas sobre o mercado de trabalho dos engenheiros



Economista do Dieese no Senge-PR analisa os números da PNAD para traçar um perfil mercado de trabalho dos engenheiros

Página 16 e 17



□ Editorial

Desafios para a engenharia no Paraná

Chegamos ao fim de mais um ano com a sensação de dever cumprido. Afinal, neste ano que o Senge-PR comemorou 75 anos de história, o Sindicato manteve-se firme na defesa dos interesses dos engenheiros, da engenharia e da sociedade paranaense como um todo. Ao longo do ano, realizamos importantes debates como o Seminário Nacional de Investimento Público, com a presença do economista Carlos Lessa, lançamos a Revista das Privatizações e comemoramos nosso jubileu com uma palestra sobre a conjuntura econômica brasileira, ministrada pelo jornalista Luis Nassif.

Um ano que vai ficar marcado na história do Senge-PR.

Além disso, participamos ativamente das diversas campanhas salariais na Sanepar, Copel, Itaipu, Cohapar, Lactec, entre outras. Conseguimos importantes vitórias, como a conquista da revisão da curva salarial nos níveis iniciais das carreiras dos engenheiros da Copel, que a partir de janeiro de 2011, serão contemplados com reajustes de até 20%. Dessa forma, os engenheiros da empresa voltam a receber ao menos o piso mínimo profissional garantido pela Lei 4950-A/66, que estava sendo descumprindo nos últimos dois anos. Essa vitória nos dá força para continuar nossa luta pelo reenquadramento salarial dos engenheiros do serviço público no Paraná, que apesar de todo o esforço realizado pelo Senge-PR ao longo de 2010, ainda continuam recebendo menos do que o piso mínimo profissional.

Também procuramos disponibilizar novos produtos aos nossos associados e ampliamos significativamente o leque de serviços disponíveis aos engenheiros filiados. Além dos convênios já existentes, firmamos duas importantes parcerias na área de saúde, com a



Valter Fanini

Unimed Paraná, maior rede de assistência médica do país e com a OdontoPrev, referência na área odontológica. Os convênios oferecem preços mais atrativos e são uma boa oportunidade para os engenheiros que não possuem plano de saúde ou para aqueles que já possuem, mas que podem re-fazer os cálculos e refletir sobre a possibilidade de migração para o

plano firmado entre o Senge-PR e a Unimed.

Em novembro, o Senge-PR recebeu pela primeira vez o primeiro lugar na categoria “Responsabilidade Social e Administrativa”, do III Prêmio Crea de Qualidade nas Organizações

“ Em nossa avaliação, é fundamental que os órgãos de engenharia do Paraná, que já foram referências nacionais, sejam devidamente reestruturados, tecnicamente e organizacionalmente ”

Profissionais” (PCQ). Mais que uma premiação pelo desempenho organizacional das entidades de engenharia ligadas ao Crea-PR, o PCQ já se tornou uma referência adotada por muitas entidades para o promover melhorias em seus modelos organizacionais. Por isso, essa conquista foi muito comemorada, pois reconhece nossa preocupação em contribuir com uma sociedade mais

justa e igualitária.

Nesta edição **O Engenheiro**, apresentamos alguns desafios para o novo governo do Paraná, que toma posse no próximo dia 1º de janeiro de 2011. Alguns diretores do Senge-PR, especialistas em determinadas áreas, foram entrevistados e avaliaram o que é necessário realizar para que o Paraná retome seu rumo de crescimento e resolva seus principais gargalos logísticos. Em nossa avaliação, é fundamental que os órgãos de engenharia do Estado, que já foram referências nacionais, sejam devidamente reestruturados, tecnicamente e organizacionalmente.

Aproveito a oportunidade para desejar a todos os os engenheiros e profissionais representados pelo Senge-PR, um excelente ano de 2011, com muitas conquistas e realizações.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ SENGE-PR

Filiado à **fisenge** Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Diretor-Presidente

Valter FANINI

Vice-Presidente

Ernesto Galvão Ramos de CARVALHO

Diretor-Secretário

Ulisses KANIAK

Diretor-Secretário Adjunto

Marcos Valério de Freitas ANDERSEN

Diretor Financeiro

Lídio Akio SASAKI

Diretor Financeiro Adjunto

Jorge Irineu DEMÉTRIO

Diretores

ADRIANO Luiz Ceni Riesemberg, Antonio Cezar Quevedo GOULART, CLODOMIRO Onésimo da Silva, Décio José ZUFFO, EDISON Samways Junior, ERASMO Felix Benvenuti Filho, GERALDO Rocha de Barros, GISLENE Lessa, JOÃO GUILHERME Iansen Baptista, Joel KRUGER, José da Encarnação LEITÃO, Luiz Antônio CALDANI, MARGIT Hauer, PAULO SIDNEI Carreiro Ferraz, ROLF Gustavo Meyer, ROSANA Scaramella, SANDRA Cristina Lins dos Santos, WILSON Uhren

Sede Rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar.

Centro Comercial Itália (CCI), CEP 80010-912

Tel./fax: (41) 3224 7536. senge-pr@senge-pr.org.br

Diretores Regionais

Roberto Menezes MEIRELLES (Campo Mourão)
HÉLIO Sabino Deitos (Cascavel)
ROGÉRIO Diniz Siqueira (Foz do Iguaçu)
ORLEY Jayr Lopes (Francisco Beltrão)
WILSON Sachetin Marçal (Londrina)
SAMIR Jorge (Maringá)
RUDMAR Luiz Pereira dos Santos (Pato Branco)

Campo Mourão Avenida Capitão Índio Bandeira, 1400, sala 607, Centro, 87300-000. Tel./fax: (44) 3523 7386. campomourao@senge-pr.org.br

Cascavel Rua Paraná, 3056, sala 703, Centro, 85801-000. Tel./fax: (45) 3223 5325. cascavel@senge-pr.org.br

Foz do Iguaçu Rua Almirante Barroso, 1293, loja 9, Centro, 85851-010 Tel./fax: (45) 3574 1738. fozdoiguacu@senge-pr.org.br

Francisco Beltrão Rua Palmas, 1800, loja D, Centro, 85601-650. Tel./fax: (46) 3523 1531. franciscobeltrao@senge-pr.org.br

Londrina Rua Senador Souza Naves, 282, sala 1001, Centro, 86010-170. Tel./fax: (43) 3324 4736. londrina@senge-pr.org.br

Maringá Travessa Guilherme de Almeida, 36, cj.1304, Centro, 87013-150. Tel./fax: (44) 3227 5150. maringa@senge-pr.org.br

Pato Branco Av. Tupi, 2715, Galeria Itacolomi, sala 6, Centro, 85505-000. Tel./fax: (46) 3025 3234. patobranco@senge-pr.org.br



Publicação bimestral do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

Editor responsável Felipe A. Pasqualini (Reg. Prof. 3.804 PR)

Ilustrações e diagramação Alexsandro Teixeira Ribeiro

Fale conosco comunica@senge-pr.org.br

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores. O Senge-PR permite a reprodução do conteúdo deste jornal, desde que a fonte seja citada.

Fotolitos/impressão Reproset **Tiragem** 12 mil exemplares

□ Artigo

Os desafios do novo governo do Paraná

O diretor presidente do Senge-PR, engenheiro civil **Valter Fanini**, faz sugestões ao novo governo do estado e sugere a reconstrução das instituições públicas que ao longo dos anos foram sendo desestruturadas, principalmente as ligadas aos investimentos públicos

O Paraná não é uma ilha de prosperidade nem de desgraças dentro do estado brasileiro. Afinal, padecemos em menor ou maior grau dos mesmos problemas que vivenciam outros estados da federação, pois estamos inseridos dentro de um mesmo contexto social e econômico.

Contexto ditado por um histórico de estagnação econômica vivido entre os anos de 1980 e 2005, que deixou profundas marcas na sociedade e na economia brasileira. Sua face mais visível se revela na degradação da educação e da saúde pública, na desordem urbanística, na violência das grandes cidades brasileiras e no caos das infraestruturas de transporte.

A face invisível, mas não menos perversa desta história econômica recente está na expansão da dívida pública da união, estados e municípios que somados chegam a R\$1,45 trilhão. Esta dívida é formada quase exclusivamente pelo pagamento de juros à um sistema financeiro que soube se apropriar das situações de fragilidade pelos quais passaram os governos eleitos desde a década de 80.

O Governo do Estado do Paraná, que assume a partir de 1º de janeiro, tem pela frente enormes desafios a serem superados, em menor ou maior grau, em todas as áreas de sua administração. Herança de um período em que os governos limitaram-se a tratar de questões emergenciais, os investimentos públicos se reduziram a valores inexpressivos e o planejamento de ações de médio e longo prazos deixaram de fazer parte das agendas governamentais

Diante de tantos desafios, por onde começar? Esta é a pergunta que o novo governo do Estado do Paraná deve fazer.

Nós, do Sindicato dos Engenheiros temos uma recomendação a fazer: começar pela reconstrução das instituições públicas que ao longo dos anos foram sendo desestruturadas, principalmente aquelas ligadas aos investimentos públicos.

Dentro do contexto observado nas décadas de 1980 e 1990 e no início do século XXI, o enfraquecimento da engenharia do setor público obedeceu uma relação direta de causa e efeito. A falta de recursos financeiros para investimentos

“ Assistimos o enfraquecimento e o desmantelamento de entidades que outrora foram referências nacionais e exemplo de entidades estruturadas tecnicamente e organizacionalmente ”

públicos reduziram a demanda por planejamento e obras, levando à fragilização dos setores da engenharia.

O caso do Paraná é ainda mais emblemático. Assistimos o enfraquecimento e o desmantelamento de entidades que outrora foram referências nacionais e exemplo de entidades estruturadas técnica e organizacionalmente. Exemplo disso é o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), que por muito tempo exerceu com eficiência sua função de gestor da rede viária estadual. Foi também um centro de pesquisa e

desenvolvimento de tecnologias para o setor rodoviário, chegando a obter reconhecimento internacional de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o do Banco Mundial (Bird) como entidade modelo em seu campo de atuação.

O caminho tomado com a privatização das rodovias no Paraná é um sintoma representativo deste processo. O novo modelo, que a princípio não representaria um malefício à sociedade paranaense, transformou-se em um transtorno à economia e aos cidadãos pela inoperância das entidades gestoras. Por absoluta incapacidade de administrar os contratos, o governo do Paraná deixou os interesses das concessionárias prevalecerem mesmo em relação ao simples cumprimento dos contratos entre as partes.

Outro sintoma da fraqueza institucional na gestão dos transportes do Paraná é a ausência de uma política sustentada em um plano de transporte de carga e passageiros com visão de longo prazo e com integração das modalidades. A inexistência desse planejamento deixa os investimentos públicos para o setor sejam decididos por opiniões exógenas que, na maioria das vezes, não representam o interesse público do Paraná.

Entidades como a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), que capitaneava os investimentos públicos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e era o centro de formulação das políticas públicas, hoje não tem qualquer expressão como entidade. Como consequência desse processo nefasto, assistimos diariamente o impasse nas soluções dos problemas comuns dos municípios da RMC. São emblemáticas as questões da coleta e >>



>>tratamento de resíduos sólidos e do transporte público de passageiros. Por não terem sido tratadas pelo órgão metropolitano, não produziram até hoje soluções que sejam política, técnica e economicamente viáveis, transformando-se num campo de batalha de diversos interesses.

Questões fundamentais da RMC, como o sistema viário metropolitano, a preservação das áreas de mananciais, o equilíbrio e a redistribuição da riqueza econômica entre municípios, a habitação de interesse social (que sem tratamento levarão a RMC a um verdadeiro caos urbano), aguardam a reestruturação de um órgão capaz de assumir estes desafios, fundamental para uma metrópole de três milhões de habitantes.

Em relação à manutenção e construção de obras do governo do Paraná, temos a Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop). Atualmente é sustentada por um insuficiente quadro de engenheiros, já em final de carreira, com grande risco de descontinuidade na transferência de experiência e tecnologias conquistada pela Seop ao longo de seus anos de existência.

A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), responsável pela nossa política habitacional, foi uma das poucas Cohabs do Brasil a conseguir manter a produção de moradias após o fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH). Com a criação

do Ministério das Cidades em 2003, foi pioneira na busca e conquista de recursos federais para a construção de habitações populares, abrindo caminho para os demais estados. Hoje, sequer participa dos leilões de recursos federais e está com muitas obras paralisadas e atrasadas.

O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) responsável pela política de assistência técnica aos agricultores e por organizar as ações para o fortalecimento de cadeias produtivas sofre com a alteração efetuada em sua personalidade jurídica. Foi transformado em uma autarquia estadual, com o objetivo exclusivo de resolver suas pendências trabalhistas. Tal situação gerou desequilíbrio funcional entre servidores que exercem papéis equivalentes, agravado pelo enquadramento da maioria de seus funcionários num quadro de profissionais celetistas em extinção, além da falta de renovação de seus quadros de engenheiros.

Outro aspecto que deve ser visto pelo governo do estado para reconstruir a sua capacidade de investimento é o estabelecimento de um novo marco regulatório para as relações entre o setor público e o setor privado na área de engenharia, naquilo que diz respeito aos processos licitatórios e a formação dos preços de referência para projetos e obras públicas.

Nos últimos anos, as normas comple-

mentares editadas pelo governo do estado tinham o objetivo de amarrar o governo do estado para um confronto com a iniciativa privada, como se ali estivessem dois lutadores, decididos a travar um batalha, onde um dos lados será perdedor. Mas sabemos que é possível estabelecer uma relação onde o interesse público e o interesse privado sejam preservados.

Para isto, deve-se trabalhar na formulação de normas complementares às leis federais que regem a matéria de contratação de obras e serviços de engenharia para setor público fundamentando-se mais na cooperação entre as partes do que na desconfiança. Além disso, reduzir os mecanismos puramente burocráticos por outros, alicerçados na transparência e no controle social dos processos, fundamentados na informação e comunicação.

O sucesso na implementação de qualquer plano de governo dependerá fundamentalmente da reestruturação técnica e organizacional de suas entidades de planejamento e implantação. Boas intenções manifestadas por ocasião das eleições pelos governantes não se transformarão em realizações governamentais mantida a atual fragilidade das entidades técnicas de engenharia. Além disso, corremos o sério risco de nos transformarmos em retardatários no processo de investimentos públicos em relação aos demais estados da federação.

Arquivo do Senge-PR



Com objetivo de resolver pendência trabalhistas, a autarquização da Emater, votada em 2005, gerou descontentamento e outros problemas trabalhistas



Logística

Muitos problemas, poucos engenheiros

O diretor do Senge-PR e coordenador do curso de Engenharia Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), **Joel Krüger**, avalia quais são os principais problemas logísticos do Paraná, que precisa de investimentos em todas as áreas, além da contratação de engenheiros para a execução dos projetos necessários

Senge-PR - Atualmente, o Paraná tem muitas estradas em más condições, não duplicadas e/ou inadequadas ao volume de tráfego atual. É possível citar quais são as obras que o governo do Estado deve priorizar para resolver os gargalos logísticos?

Krüger - Esta questão deve ser respondida em duas etapas. Primeiro: devemos resolver a questão de manutenção de nossas estradas. Com isso vamos melhorar o nível de serviço tanto em conforto, redução do tempo de viagem e também de segurança. Isto é urgente. Em segundo lugar, no setor rodoviário temos a duplicação da BR-277 por exemplo, em especial concluir o trecho Cascavel-Foz do Iguaçu, a duplicação da BR-116, por exemplo no trecho Curitiba-Mandirituba, os acessos da BR-277 a Matinhos e Pontal do Paraná, duplicações na região de Maringá-Campo Mourão e Cianorte-Paranavaí, com vários trechos com urgência de duplicação.

No setor aéreo precisamos resolver problemas em aeroportos existentes. Por exemplo, ampliar o de Curitiba (pista, terminal de passageiros e cargas, estacionamentos). Em Cascavel, construir um aeroporto de cargas na região dos Campos Gerais, garantir a operação dos aeroportos de Pato Branco e Francisco Beltrão. No setor portuário precisamos resolver questões de Paranaguá como ampliação de cais, dragagem, construção de terminal de passageiros. Além de definir um novo porto no Litoral do Paraná (Pontal do Paraná - Porto do Mercosul). No setor ferroviário, ampliar a rede para Foz do Iguaçu e Guaíra, construir novo trecho Ponta Grossa-Guarapuava e duplicar Curitiba-Paranaguá, além do contorno de Curitiba.

Senge-PR - O Paraná sofre o risco de um apagão logístico?

Krüger - Sim, temos muitos problemas e o nível de investimentos para ampliação



e para manutenção é muito baixo.

Senge-PR - O ex-governador Requião prometeu acabar com os pedágios, mas na prática não conseguiu resultados efetivos, além de algumas ações judiciais que se arastam nos tribunais. Existe alguma alternativa viável para equacionar essa questão?

Krüger - A questão central não é o pedágio em si, mas a questão dos valores cobrados em relação aos serviços e as obras executadas. Este deve ser o ponto central. A construção efetiva de alternativas viárias sem pedágio também é interessante.

Senge-PR - Uma das propostas do governador eleito Beto Richa é a criação do Programa Estadual de Infraestrutura de Transporte e Logística para realizar de forma integrada e estruturante, os fluxos e demandas dos modais rodoviário, ferroviário, aeroviário, dutoviário, hidroviário e portuário. Qual seria a maior dificuldade

de para implantação desse programa?

Krüger - A execução de forma rápida de um plano integrado de transportes e logística, viabilização de projetos executivos e logicamente recursos. Além disso, a inteligência do poder público estadual em termos de engenharia precisa ser reavaliada, pois a questão da falta de contratações de engenheiros nos últimos anos, bem como salários baixos, prejudicam a execução de um projeto deste porte.

Senge-PR - O que falta para o Paraná ter um planejamento de setor de transporte que contemple a diversas modalidades de forma integrada e que oriente os investimentos a curto médio e longo prazos? Isto já foi tentado?

Krüger - Falta reestruturar os órgãos de planejamento do Estado, contratar engenheiros, pagar melhores salários, viabilizar os meios para o planejamento.

Senge-PR - Quais são as obras de infraestrutura fundamentais que Curitiba necessita para receber a Copa do Mundo?

Krüger - Aeroporto, sistemas viário (Av. das Torres, por exemplo), melhorias no transporte público, melhorias na engenharia de tráfego, pois os congestionamentos de Curitiba são insuportáveis. A Linha Verde já está congestionada, pois no lugar das trincheiras necessárias, colocaram apenas semáforos. É necessário também concluir a obra, nos trechos sul e norte. Além disso, saneamento (o Rio Belém é um exemplo deste problema) e segurança pública.

Senge-PR - A administração do Porto de Paranaguá sofreu pesadas críticas durante o governo Requião. Como resolver os problemas de um terminal cuja ameaça de paralisação pode gerar imensos prejuízos ao Estado?

Krüger - A gestão do Porto é um problema de engenharia e deve ser resolvido por engenheiros.



▣ Ferrovias

“A criação da Ferrosul não é um luxo”, afirma Ferraz

O Diretor do Senge-PR, engenheiro civil **Paulo Sidnei Ferraz**, especialista em transportes e aposentado da Rede Ferroviária Federal S/A (RFSSA), onde atuou por 26 anos, critica o veto do governador Orlando Pessuti a criação da Ferrosul e pede que o Paraná una todos os esforços possíveis para conquistar recursos orçamentários para a solução dos gargalos de infraestrutura

Senge-PR - *A ferrovia é o meio mais barato para resolver o gargalo no setor de cargas no Estado. Porém, demandas antigas do setor, como a ligação entre Guarapuava e a região de Ponta Grossa nunca saem do papel. O que realmente falta para a realização dessas obras?*

Paulo - O projeto da variante Guarapuava/Ipiranga (Ponta Grossa) é uma obra superada que não atende as necessidades atuais da economia do Paraná, embora muitos políticos tenham defendido esse traçado contando com alguma fatia do superfaturamento dos custos propostos no PAC. Tecnicamente, a solução para resolver o problema do escoamento das cargas da região oeste sem prejudicar os fluxos do norte do Paraná é a construção de uma nova linha da Ferroeste de Guarapuava direta para Paranaguá. No Governo Federal que se finda, onde o Paraná teve representantes em Ministérios importantes e em órgãos chaves perdemos a grande chance de garantir recursos para a solução de gargalos relevante da infraestrutura de transportes. Precisamos de uma grande mobilização cívica para que o Paraná finalmente junte todas as forças e conquiste os recursos orçamentários que o estado merece para deslançar projetos imprescindíveis ao desenvolvimento regional.

Senge-PR - *O secretário dos Transportes do governo Pessuti, Mario Stamm Junior, afirmou que o problema logístico regional somente será solucionado com um novo modelo ferroviário e a implantação da Agência Reguladora de Infraestrutura do Paraná. Qual sua opinião a respeito dessa afirmação?*



“ O veto foi uma piada. O Executivo do Paraná apresenta um projeto de lei e depois de aprovado na Assembleia Legislativa o Governador veta alegando inconstitucionalidade ”

Paulo - São assuntos em discussão mas não são os mais relevantes e de ação imediata que possam mudar o perfil caótico das ferrovias em nosso estado. O Governo do Estado precisa ter pulso forte cobrando uma fiscalização mais rigorosa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre os contratos de Concessão e Arrendamento das Ferrovias e Rodovias exigindo investimentos reais que apresentem melhorias nos sistemas revertendo à degradação e dilapidação que vem ocorrendo. Precisamos também correr atrás do prejuízo e sensibilizar as autoridades federais na busca de recursos para dar continuidade ao plano de expansão da Ferroeste para construção de 1.000 km de linhas novas em regiões hoje não atendidas por ferrovia e a nova ligação direta Guarapuava/Paranaguá. É imprescindível criar novas ligações por ferrovia com os estados vizinhos assim como ao Paraguai criando uma malha estratégica na região sul e em direção ao Pacífico. A Secretaria de Fazenda do Estado precisa também criar uma fiscalização sobre o transporte em vagões, semelhante à atuação sobre os caminhões, para verificação das cargas, volumes e valores declarados movimentados pela ferrovia que circulam livremente numa faixa transitado livre.

Senge-PR - *O governador Orlando Pessuti vetou o projeto de criação da Ferrosul que promoveria a integração ferroviária do Paraná com Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul e já tinha sido aprovado pela Assembleia Legislativa de três estados. Qual a sua opinião sobre o veto?*

Paulo - O veto foi uma piada. O Executivo do Paraná apresenta um projeto de lei e depois de aprovado na Assembleia Legislativa o Governador veta alegando inconstitucionalidade. Além disso, os outros estados não entenderam assim e prosseguem com entusiasmo dando seguimento a medidas para criação da Ferrosul. Por trás desse recuo estão outros interesses. A última votação da Assembleia Legislativa do Paraná garantindo a participação do Governo do Estado na Ferrosul sinalizou que os deputados estaduais irão derrubar esse vergonhoso veto. Talvez o pecado da Ferrosul seja tratar-se de um projeto audacioso para resgatar os 50 anos de atraso na infraestrutura ferroviária por inércia política da região sul. Não é um luxo! É imprescindível para atingirmos as metas daquela proposta da Consultoria Canadense, contratada pelo Codesul em 1999, que diagnosticou a necessidade de passarmos de 18% para 45% até 2020 com as principais cargas do estado rodando sobre trilhos garantindo o desenvolvimento econômico previsto para a região.

Senge-PR - *Mesmo antes da escolha de Curitiba como uma das cidades sedes da Copa de 2014, já se falava na implantação do metrô na cidade, no eixo Norte-Sul. O sr. acredita que exista alguma possibilidade do projeto se concretizar até lá?*

Paulo - No ritmo que as coisas vão e pelas dificuldades apresentadas para implantação do metrô e veículos leves sobre trilhos (VLTs) em Curitiba estamos cada vez mais atormentados com o trânsito e vendo o tempo passar sem solução para o transporte de massa em nossa capital. Nossas vias estão saturadas. E a única solução que vemos é por mais ônibus e facilitar a circulação de automóveis. Precisamos quebra esse paradigma! Até nas cidades de Crato e Sobral, no estado do Ceará, os VLTs já circulam. Maceió também está ganhando transporte por VLTs. Até 2014 teremos trechos de VLTs implantados em mais de uma dezena de cidades do Brasil. Lamentavelmente aqui tem o lobby dos ônibus e um grupo de técnicos inimigos do trem que se associaram não deixando evoluir os projetos de transporte ferroviários em nosso estado. Enquanto isso os Metrôs de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre vão se expandindo e nós ficamos vendo a banda passar.



▣ Finanças

Muita verba para juros, pouca para investimentos

O economista da subseção do Dieese no Senge-PR, **Fabiano Camargo** analisa a situação financeira do Paraná, que ainda sofre com a privatização do Banestado e gasta a maior parte do seu orçamento com o pagamento de juros e encargos da amortização da dívida pública do estado

Senge-PR - *Até quando os paranaenses terão que pagar as contas da venda do Banestado?*

Fabiano - Durante a década de 90, muitas empresas estratégicas nacionais foram privatizadas, pois, segundo os governantes da época, a participação do estado na economia deveria ser reduzida, seguindo os postulados das doutrinas neoliberais. No Paraná, a situação não foi diferente, o Banestado foi vendido e se não fosse a luta do povo paranaense o mesmo teria ocorrido com a Copel. No caso do Banestado, a privatização foi no mínimo estranha. Segundo informações divulgadas pelo governo do estado, o Paraná recebeu R\$ 5,6 bilhões para sanear e vender o banco, mas até 2009 já haviam sido pagos R\$ 7,9 bilhões em dívidas e o saldo devedor era ainda de R\$ 8,2 bilhões referentes ao financiamento do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (Proes) que tem vigência até 2026. A operação foi muito lesiva aos cofres públicos do Paraná, beneficiando apenas os agentes privados. Além de vender um ativo que tinha importante papel de fomento na economia paranaense, o estado continuou pagando por esta venda. Isso sem contar os problemas de ordem econômica-financeira ocasionados pela venda do banco, pois muitos trabalhadores (aproximadamente 8 mil) acabaram perdendo seus empregos e conseqüentemente seu sustento.

Senge-PR - *Mesmo com o fim do pagamento da multa do Banestado, que era aplicada pela União ao Paraná devido ao descumprimento do contrato relacionado à privatização do banco, em 2000, membros da nova equipe do governador eleito Beto Richa afirmaram que a situação das contas*

do estado é preocupante. O Paraná corre o risco de “quebrar”?

Fabiano - Não vejo motivos para preocupação, afinal as contas do governo estão sob controle, equilibradas, portanto, o futuro governador não vai encontrar empecilhos para honrar os compromissos estabelecidos. Para este ano, a expectativa é de um crescimento acima de 10% da arrecadação do estado. Já

“ Nos últimos anos o Paraná não tem cumprido as normas estabelecidas pela emenda constitucional 29, que prevê que os estados devem destinar para saúde 12% das suas receitas. No caso do Paraná, o governo tem utilizado artifícios para chegar no valor estipulado, acrescentando a saúde gastos com programas sociais, como o leite das crianças e também gastos com saneamento ”

para 2011, o crescimento deve ficar próximo a 10%. O cenário de crescimento econômico sustentado pelo mercado interno tem contribuído de forma significativa para a elevação de arrecadação por parte dos municípios, estados e união.

Senge-PR - *O estado do Paraná tem destinado mais recursos para investimentos ou para pagamento de encargos da dívida pública?*

Fabiano - Observando o período de 2000 a 2009, o Paraná destinou a investimentos o montante de R\$ 6,452 bilhões. Por outro lado, neste mesmo período, o orçamento público consumido para o pagamento de credores financeiros, foi de R\$ 12,637 bilhões em juros, encargos e amortização da dívida pública do estado. Ou seja, quase o dobro do destinado para investimentos (realização de obras, aquisição de material permanente, constituição ou aumento de capital de empresas industriais, etc). Em apenas um ano (2006) o valor dos investimentos foi maior do que os encargos financeiros, R\$ 1,325 bilhão contra R\$ 1,103. Os recursos destinados aos credores poderiam ser utilizados para outras finalidades como saúde, educação, segurança, habitação, infraestrutura, etc. Não é a toa que em estudo divulgado recentemente em conjunto pelo Senge-PR e o Dieese, o Paraná que ficou em praticamente todos os indicadores de investimento público localizado entre os últimos colocados, mesmo quando comparado a estados de perfil social e econômico semelhante.

Senge-PR - *O Paraná cumpre a legislação de destinar 12% da sua arrecadação para a saúde?*

Fabiano - Nos últimos anos o Paraná não tem cumprido as normas estabelecidas pela emenda constitucional 29, que prevê que os estados devem destinar para saúde 12% das suas receitas. No caso do Paraná, o governo tem utilizado artifícios para chegar no valor estipulado, acrescentando a saúde gastos com programas sociais, como o leite das crianças e também gastos com saneamento. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2009 foi investido em saúde o percentual de apenas 9,76%.



Regiões Metropolitanas

É preciso implantar um novo modelo de gestão para as regiões metropolitanas

O presidente do Senge, **Valter Fanini**, consultor técnico do Projeto de Lei do novo modelo de Gestão da RMC, afirma que é preciso um novo arranjo institucional de gestão metropolitana, feita por um órgão com instância decisória, consultiva e deliberativa

Senge-PR - *Quais os principais desafios que as regiões metropolitanas das principais cidades paranaenses precisam superar para se desenvolver?*

Fanini - As Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá abrigam juntas 4,6 milhões de Habitantes, cerca de 44% da população paranaense, e são responsáveis pela produção de 54% do PIB paranaense. Os principais desafios a serem vencidos por estas três metrópoles dizem respeito a redução do enorme déficit em infraestrutura, habitação e equipamentos urbanos, além de um encaminhamento definitivo para a gestão dos serviços públicos de interesse comum, marcadamente as questões de transporte público de passageiros e a coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Senge-PR - *De que forma o governo do estado pode colaborar com a redução desses déficits nas cidades?*

Fanini - O governo do estado tem um importante papel a cumprir diante dos desafios a serem vencidos por suas regiões metropolitanas, tanto em relação aos investimentos em infraestrutura quanto na gestão das chamadas funções públicas de interesse comum de seus municípios. A responsabilidade dos Estados sobre a gestão metropolitana já estava indicada na Carta Constitucional de 1967 e foi confirmada pela constituição de 1988. No entanto o que assistimos nos últimos 25 anos foi um completo desencontro entre a política do governo do estado para suas regiões metropolitanas e as demandas sociais e eco-



Desocupação de área no Guarituba

AEN

nômicas advindas da concentração populacional que ali aconteceram. Enquanto cresciam as demandas sociais e econômicas das populações das metropolitanas os governos que se sucediam caminhavam em sentido contrário, desativando as entidades responsáveis pelo planejamento e implementação das políticas públicas voltadas a solução das questões urbanas de suas metrópoles. O caso mais emblemático deste processo foi o desmonte do órgão metropolitano da Região Metropolitana de Curitiba a Comec. Portanto o principal desafio a ser vencido pelo governo que se inicia é oferecer um novo modelo de gestão para as suas regiões metropolitanas que contemple a participação do Estado, de seus municípios e da sociedade civil organizada, que seja sustentada por uma boa organização técnica capaz de dar suporte a formulação das políticas públicas para o setor.

Senge-PR - *Como conseguir recursos para a execução dessas obras?*

Fanini - O cumprimento deste desafio se reveste de grande urgência considerando-se que, por um bom tempo, os recursos financeiros para investimento permanecerão concentrados no governo federal. Com isso, seguirá a tendência de criação de programas setoriais de investimentos como o "PAC", pelos quais todos os entes federados competirão. Obviamente, conseguirão mais investimentos os estados que tiverem melhores condições de planejamento, projetos e negociação.

▣ **Negociações**

Copel revisa a curva salarial e volta a pagar o piso mínimo

Decisão homologada em 15 de dezembro foi uma grande vitória para os engenheiros da empresa. Ao longo deste ano, o Senge-PR e os engenheiros da Copel se mobilizaram em prol de antigas reivindicações da categoria, principalmente em relação ao pagamento do piso mínimo profissional

No último dia 15 de dezembro, os trabalhadores da Copel receberam uma ótima notícia, com a aprovação por parte da diretoria de um incremento nos níveis iniciais das carreiras de Junior, Pleno, Senior e Consultor. Dessa forma, a partir de janeiro de 2011, mais de 420 profissionais da empresa, incluindo engenheiros, geólogos e arquitetos, serão contemplados com reajustes de até 20% para readequação a essas faixas.

Para conquistar o reajuste salarial, foi preciso muita luta. Ao longo deste ano, o Senge-PR e os engenheiros da Copel se mobilizaram em diversas frentes em prol de antigas reivindicações da categoria, principalmente em relação ao pagamento do piso mínimo profissional garantido pela Lei 4950-A/66 e que estava sendo descumprido nos últimos 2 anos pela empresa.

Em junho, o diretor-presidente do Senge-PR, Valter Fanini e o Diretor Secretário, Ulisses Kaniak, realizaram uma audiência com o governador do Estado, Orlando Pessuti. Na ocasião, foi relatado ao governador que algumas empresas públicas do Estado não pagavam o piso mínimo, caso por exemplo da Copel. Pessuti, que é médico veterinário, categoria abrangida pela mesma lei do piso profissional, mostrou-se sensibilizado com a questão e solicitou à direção da empresa que a situação dos engenheiros fosse revista.

as discussões, o então presidente da empresa, Ronald Ravedutti, firmou o compromisso de discutir a nova modelação da curva salarial profissional até o final

deste ano - cláusula inclusa no ACT.

Em novembro foi iniciado o trabalho da Comissão de Engenheiros para a Negociação da Curva Salarial, formada pelos engenheiros Emerson Pepplow, Herbert Correa Dias, Leandro José Grassmann, Luiz Iurkiewicz e Ulisses

Kaniak, que trabalhou em conjunto com a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da Copel e o aval da diretoria da empresa. Paralelamente, o Senge-PR produziu materiais específicos para a campanha “Engenheiro Copel - Profissional de Valor” que foram distribuídos aos engenheiros (adesivos, porta-crachá e camisetas).

No início de dezembro, a comissão se reuniu com os representantes da SRH e apresentou propostas de curva salarial com diversos cenários que contemplavam a categoria como um todo.

O Senge-PR agradece pelo empenho de todos os envolvidos na negociação, ao Governador do Estado, Orlando Pessuti, ao ex-presidente Ronald Ravedutti in memoriam, a toda atual Diretoria e à SRH, pelo reconhecimento ao valor dos profissionais de engenharia. Mas, principalmente, agradece aos engenheiros, geólogos e arquitetos que se mobilizaram e acreditaram que, com a união de todos, é possível ter força para alcançar os objetivos.



Os meses de setembro e outubro foram marcados pela negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. Na negociação do Senge-PR e dos demais sindicatos do Coletivo Sindical dos Empregados da Copel, foram discutidos os 46 itens da pauta de reivindicação dos copelianos. Durante

Opinião

Brasil de sempre

O engenheiro eletricista **Luiz Carlos Correa Soares**, ex-presidente do Senge-PR e da Fisenge, faz uma análise realista sobre o Brasil, que apesar de ter conquistado pequenos avanços e reduzido algumas injustiças, continua sem realizar as reformas necessárias em setores fundamentais como educação, saúde, habitação.



Fernando Henrique Cardoso, o pessoalmente afortunado ex-presidente do nosso socialmente desafortunado Brasil, em uma das suas muitas e in-

sitadas tentativas de frases de efeito, dizia que o Brasil não é um país subdesenvolvido, é apenas injusto.

De fato, temos uma economia dinâmica e, ao mesmo tempo, somos um país socialmente tão fraturado e injusto. Por quê? Estudiosos como a economista, Professora do Departamento de Economia da UFPE, Tânia Bacelar têm reduzido a resposta a quatro explicações, com as quais estou plenamente de acordo. E as tomo como fundamentos para o início desta prosa.

A primeira é a concentração da riqueza e a dificuldade de acesso aos bens de produção, porque temos uma longa história de concentração de renda e de dificuldade de acesso à produção por parte da população em geral. O perfil produtivo sempre teve a marca da concentração e o nosso padrão de oligopolização é um dos mais fortes do mundo, desde os bens mais simples aos mais complexos.

A segunda é a orientação da produção, isto é, o fato da produção ser dirigida para dois grandes mercados, prioritários: o das elites e o externo.

Terceira, o papel do Estado brasileiro, que sempre foi patrocinador da orientação do desenvolvimento para as elites, sem atuar na contraposição das tendências elitistas naturais das economias de mercado. Sempre esteve a serviço da acumulação privada, inclusive quando estatizava, porque sempre teve em vista a ampliação de facilidades para a acumulação do capital privado. Nas poucas vezes em que optou por ser um Estado desenvolvimentista,

foi sempre conservador ao invés de um Estado desenvolvimentista transformador. E nunca priorizou a democratização da educação, não fez a reforma agrária nem outras reformas estruturantes.

A quarta explicação é a mentalidade da elite brasileira, que não tem apenas o sentido econômico. Também é cultural e ideológica, porque somos herdeiros de quatro séculos de escravidão e apenas pouco mais de um século de “libertação”.

“ Não foram feitas reformas nem transformações profundas em setores e temas fundamentais: a distribuição de renda, a questão agrária, a educação, a saúde, a habitação, a mobilidade urbana e territorial, a ecologia, a política, a economia, as finanças do Estado ”

Aqui, libertação vai entre aspas porque continuam persistindo processos de dominação e exploração capitalistas, às vezes diferenciados, mas tão cruéis quanto os de antigamente. De qualquer modo, são mais de cinco séculos de uma história nada bonita nem louvável, sob esses aspectos. É verdade que em alguns períodos foram obtidos alguns avanços e melhorias, porém sempre breves e inconsistentes, ou seja, logo a seguir reduzidos e/ou anulados.

Será esta também a história da próxima década? É difícil afirmar, mas os indícios não são animadores, tendo em vista que as razões das fraturas e injustiças sociais e econômicas não foram removidas. Sob alguns aspectos houve avanços, mas foi mantida a maioria das

dificuldades e algumas foram até agregadas de novas condições de ampliação dos padrões históricos, acima destacados.

Por exemplo, não foram feitas reformas nem transformações profundas em setores e temas fundamentais: a distribuição de renda, a questão agrária, a educação, a saúde, a habitação, a mobilidade urbana e territorial, a ecologia, a política, a economia, as finanças do Estado. Para algumas situações, apenas paliativos tópicos, com o sentido de analgésicos para doenças graves.

Para o não enfrentamento desses desafios são alegadas muitas e variadas razões pífias, inconsistentes e insustentáveis em suas essências. É que, historicamente, as verdadeiras razões têm sido, tão somente, a preservação de interesses das elites e a falta de vontade política e de coragem para mudar o status quo. Exemplos: o Brasil necessita de aporte de recursos externos para se desenvolver (mas os recursos “saintes” são maiores do que os “entrantes”); os juros altos são necessários para controlar a inflação (mas está provado que existem outros mecanismos de controle de inflação mais eficazes e baratos, porém não transferem riqueza nacional para rentistas e especuladores...); a preservação ecológica e dos recursos naturais é incompatível com o desenvolvimentismo (qual desenvolvimentismo, a quem se destina, quanto custa, como deve se dar?); o superávit primário e as reservas cambiais são indispensáveis (serão, mesmo? e qual o custo econômico e social disso?). E tantas outras mistificações e mitos ou falsos paradigmas, cuja efetividade pífia convence apenas os incautos, os aderentes, os interesseiros, os interessados ou os informados apenas pela grande mídia ideologizada e tendenciosa ou por espaços mal intencionados da Internet.

Por isso, o Brasil do futuro tem muitas e reais perspectivas para continuar sendo o Brasil de sempre. Ou, como se diz por aí: “apenas o mais do mesmo”! A conferir.

□ Dia do Engenheiro

Jantar do Dia do Engenheiro reúne mais de 600 em Curitiba

Evento de encerramento das comemorações dos 75 anos do Senge-PR em Curitiba foi bastante prestigiado pelos associados que puderam reencontrar colegas engenheiros e confraternizar com familiares

O Senge-PR realizou no dia 10 de dezembro o jantar em homenagem ao Dia do Engenheiro, comemorado em todo o país no dia 11. O evento, realizado no Capri Eventos, no bairro Ecoville, reuniu mais de 600 pessoas, entre associados, familiares e convidados do Senge-PR e encerrou o ciclo de comemoração aos 75 anos do Sindicato, fundado em 6 de abril de 1935, sendo, portanto, o segundo sindicato de engenheiros mais antigo do país.

No evento, o Sindicato realizou a tradicional entrega de certificados e canetas per-

sonalizadas aos associados remidos, por ter cumprido suas obrigações estatutárias e participação comprometida com a defesa das causas dos engenheiros e da cidadania paranaense. Neste ano, foram remidos mais de 40 engenheiros.

Além da entrega dos certificados, o Senge-PR sorteou três netbooks e nove pen drives entre os engenheiros presentes. No evento, também foi exibido o vídeo institucional que conta a história do sindicato. Quem tiver interesse em assistir ao vídeo institucional, é só acessar o

site do Sindicato em www.senge-pr.org.br, e clicar no campo “vídeos”, no menu à esquerda da página.

Em seu discurso, o diretor presidente do Senge-PR, engenheiro civil Valter Fanini, destacou a importância do Senge-PR para a defesa de todos os paranaenses. “Ao longo dos seus 75 anos de história, o Senge-PR participou de muitas lutas e conquistas, defendendo não apenas o interesse de seus representados, mas da sociedade paranaense em geral”, ressaltou Fanini.

Fotos: Guilherme Pupo



Jantar em comemoração ao Dia do Engenheiro reuniu mais de 600 associados, familiares e amigos do Senge-PR



A confraternização contou com banda ao vivo



Valter Fanini e o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt



Presidente Valter Fanini: "o Senge-PR tem 75 anos de lutas pelo engenheiro"



Sorteado, o engenheiro da Emater, Antonio Celso Souza, ganhou um netbook



Convidados premiados com o pendrive personalizado do Senge-PR



Valter Fanini e Ulisses Kaniak entregam um netbook a Sérgio R. Machado



Presidente do Senge-PR, Valter Fanini, e remidos de 2010



Faustino Lauro Corso, do Instituto das Águas do Paraná, foi sorteado e ganhou um netbook

▣ Dia do Engenheiro

Regionais do Senge-PR realizam jantar de confraternização

As regionais do Senge-PR reuniram engenheiros, familiares e amigos em confraternização do Dia do Engenheiro e encerramento das comemorações aos 75 anos do Sindicato. Em Pato Branco, Sindicato presta homenagem póstuma ao ex-diretor da regional, Carlos Scipioni

►► Pato Branco

Na regional de Pato Branco, o jantar de confraternização e comemoração aos 75 anos do Senge-PR e ao Dia do Engenheiro foi realizado no dia 11 de dezembro, no restaurante Bela Casa. No evento, que reuniu associados, familiares e amigos do Sindicato, foi realizada a homenagem póstuma ao ex-diretor da regional, o engenheiro agrônomo Carlos Scipioni, falecido no dia 6 de julho, vítima de enfarte agudo. Scipioni também atuava como diretor-adjunto do Crea-PR e como presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco. Em nome do Senge-PR, o atual diretor da regional, Rudmar Luiz Pereira dos Santos, entregou à viúva de Scipioni, Alda Callegari Scipioni, e aos filhos Juliano e Gustavo Callegari Scipioni uma placa em homenagem ao ex-diretor, que sempre lutou com convicção e coragem pelos interesses dos engenheiros e da engenharia no Paraná.



►► Foz do Iguaçu

A regional do Senge-PR em Foz do Iguaçu realizou no dia 10 de dezembro o jantar de confraternização em comemoração ao Dia do Engenheiro. No evento, realizado no Ipê Clube, foram sorteados entre os convidados uma coleção de livros, pendrives e um netbook.





►► Cascavel

Em Cascavel, a regional realizou o jantar no dia 10 de dezembro, em parceria com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel (AEAC). O evento reuniu cerca de 50 pessoas, dentre associados, familiares e amigos do Sindicato.

►► Campo Mourão

A regional do Senge-PR em Campo Mourão realizou no dia 3 um jantar de confraternização com engenheiros da região. O evento foi realizado no Buffet Daimaru, em Goioerê, e reuniu cerca de 50 convidados, entre engenheiros filiados ao Senge-PR e representantes de sindicatos e associações.



►► Maringá

A regional do Senge-PR em Maringá realizou no dia 2 o jantar de confraternização, no Buffet Della Rè e reuniu aproximadamente 160 convidados. Os vereadores Mario Verri e Humberto Henrique e o gerente do Crea-PR em Maringá, Edgar Tsuzuki, também prestigiaram a comemoração. Durante o jantar, o engenheiro Sérgio Lauer Amaral Camargo, foi homenageado com o certificado de Associado Remido.



►► Londrina

Em Londrina, a regional do Sindicato realizou o jantar no Rancho Grill, e reuniu mais de 40 pessoas, dentre associados e acompanhantes, no dia 10 de dezembro em comemoração aos 75 anos da entidade e ao Dia do Engenheiro. Foram sorteados pendrives e um netbook.



□ Artigo

Notas sobre o mercado de trabalho dos engenheiros

O economista **Fabiano Camargo**, da subseção do Dieese no Senge-PR, analisa os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE para traçar um perfil mercado de trabalho formal e informal dos profissionais de engenharia



Recentemente foi divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), com informações referentes ao ano de 2009. A PNAD, é uma valiosa fonte de dados, fornecendo informações sobre educação, moradia, rendimentos, migração, saúde, segurança alimentar, entre outros.

Com base nos dados da pesquisa do IBGE, foi possível também obter informações sobre o mercado de trabalho formal e informal dos profissionais de engenharia. Os dados foram extraídos dos micro-dados da PNAD, pelo Núcleo de Produção de Informação (NPI) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para o período entre 2004 e 2009.

Pelos dados tabulados em 2004, existiam 313 mil engenheiros no Brasil, passando para 422 mil em 2009. Um crescimento

percentual de 34,93% e de 109 mil em termos absolutos das ocupações.

Do total de 422 mil engenheiros em 2009, 57,88% (244,4 mil) eram empregados com carteira de trabalho assinada, 11,24% (47,5 mil) eram funcionários públicos estatutários, e 7,16% (30,2 mil) eram outros empregados sem carteira de trabalho assinada, sendo que a soma destas três categorias representam o total de assalariados, ou seja, 76,27% (322 mil). Do total dos assalariados, 69,11% apresentavam vínculo formal e 7,16% vínculo informal. Por outro lado, 23,73% ou 100 mil, estavam distribuídos da seguinte maneira: conta própria (19,39%), empregadores (3,97%) e não remunerados (0,37%). A exemplo do que vem ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro em geral, observamos também no caso dos engenheiros um avanço expressivo nas ocupações formais, com destaque para empregado com carteira de trabalho assinada e funcionário público estatutário, que responderam por 84,16% ou 92 mil das ocupações criadas no período.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima que em 2008, haviam no país, aproximadamente 750 mil pessoas com formação em engenharia. Segundo

informações do sistema Confea/Crea, haviam em seus registros, cerca de 765 mil engenheiros cadastrados em 2009. Logo, podemos estimular que existam no país entre 327,7 mil e 342 mil engenheiros, em ocupações não típicas da engenharia ou mesmo desempregados. Portanto, um percentual de aproximadamente 45% dos engenheiros está fora do mercado de trabalho formal e informal da engenharia. Uma parcela deste contingente de profissionais que não está exercendo sua real ocupação, foi “expulsa” do mercado em função do cenário econômico desfavorável das últimas décadas: baixo crescimento econômico somado às políticas trabalhistas das empresas, baixos salários, elevado nível de exigência e muitas das vezes não oferecendo aos trabalhadores as condições necessárias para exercício de sua profissão.

Considerando que no período de 2005 a 2009, formaram-se nos cursos de engenharia 142 mil pessoas, com base nos dados do Censo da Educação Superior - os dados referentes a 2009, ainda não foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - podemos notar que

Evolução do número de engenheiros no mercado de trabalho formal e informal - Brasil (2004/09)

Ocupação	2004		2009		Variação - 2004/09	
	Ocupação	Part. (%)	Ocupação	Part. (%)	Relativa	Absoluta
Empregado com carteira de trabalho assinada	175.318	56,01	244.436	57,88	39,42	69.118
Funcionário público estatutário	24.552	7,84	47.456	11,24	93,29	22.904
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	30.037	9,60	30.223	7,16	0,62	186
Conta própria	70.527	22,53	81.903	19,39	16,13	11.376
Empregador	12.257	3,92	16.772	3,97	36,84	4.515
Não-remunerado	310	0,10	1.549	0,37	399,68	1.239
Total	313.001	100,00	422.339	100,00	34,93	109.338

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Dieese/Subseção Senge-PR

Número de concluintes no ensino superior e ocupações geradas no mercado de trabalho formal e informal - Brasil (2004/09)

Período	Ensino Superior		Mercado de Trabalho			Saldo Vagas Geradas (-) Concluintes
	Concluintes	Var. (%)	Engenheiros	Ocupações Geradas	Var. (%)	
2004	27.731	-	313.001	-	-	-
2005	31.019	11,86	319.366	6.365	2,03	-24.654
2006	35.029	12,93	398.575	79.209	24,80	44.180
2007	37.396	6,76	357.670	-40.905	-10,26	-78.301
2008	38.428	2,76	403.505	45.835	12,81	7.407
2009	-	-	422.339	18.834	4,67	-
Acumul. 2005/09	141.872	-	-	109.338	-	-32.534
Var. (%) 2005/09	-	23,89	-	-	28,91	-

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Dieese/Subseção Senge-PR

o número de ocupações geradas no mercado de trabalho formal e também informal, foi menor do que a quantidade de pessoas que se formaram em cursos nas áreas de engenharia. Ou seja, fazendo o cruzamento dos dados, torna-se mais coerente afirmar que está ocorrendo um déficit de vagas para engenheiros num montante de 33 mil. Vale ressaltar, que se em 2009 se formaram 35 mil pessoas em engenharia – ou seja, a média de concluintes de 2005 a 2008 – o déficit subiria para 68 mil, e não um déficit de profissionais no mercado. Neste período (2005 a 2008), notamos, que em dois dos quatro anos analisados, o número de concluintes foi superior ao total de ocupações criadas e em também em dois anos ocorreu o inverso. Em 2006, nota-se uma expressiva elevação no número de ocupações criadas, totalizando quase 80 mil. Já em 2007, verifica-se uma queda significativa nas ocupações. E em 2009, em função dos impactos da crise econômica sobre o país, houve uma redução do ritmo de criação de ocupações para os engenheiros.

Analisando estes números, não há como afirmar categoricamente que o país sofre ou vá sofrer uma carência crônica de engenheiros. Pelo contrário, o que observamos é que faltam ocupações para os engenheiros. O que ocorre, é que em algumas áreas específicas existe a falta de engenheiros, assim como é visto em outras categorias e em outros setores de atividade econômica, em função do elevado ritmo de crescimento econômico observado no Brasil no período recente, quando o país tem batido recordes na geração de postos de trabalho.

Mas observando o mercado de trabalho de forma ampla, vemos que no período recente os trabalhadores brasileiros têm conseguido muitas conquistas, tais como:

avanço no emprego formal, negociações coletivas com obtenção de ganhos reais, política de valorização do salário mínimo nacional e queda nas taxas de desemprego. De janeiro a outubro de 2010, foram gerados 2,4 milhões de postos de trabalho formais, ritmo que deve se desacelerar em dezembro, em função de fatores sazonais. Assim, não será permitido que a geração de vagas atinja a marca de 2,5 milhões. Mesmo assim, o

ano de 2010 baterá o recorde anual da criação de empregos formais. No estado do Paraná, o cenário também é positivo. Nos dez primeiros meses do ano foram criados 164 mil empregos formais.

Já para 2011 o mercado de trabalho continuará aquecido, porém em um ritmo menor do que o deste ano em função da redução do ritmo de crescimento da economia. Mesmo assim, continuaremos crescendo em um ritmo razoável, situado entre 4,5% e 5,5% nos próximos anos. Para 2010 estimativas apontam que o crescimento do PIB se situará no intervalo entre 7,5% e 8%. A perspectiva é que nos próximos anos setores como o da construção civil e infraestrutura sejam os setores mais dinâmicos na criação de novos postos de trabalho, favorecendo todos os trabalhadores, em especial os engenheiros, em função da exploração do Pré-Sal, do programa Minha Casa Minha Vida, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também em função dos investimentos necessários para realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.

Banco de imagem



Nos dez primeiros meses do ano foram criados 164 mil empregos formais no Paraná

▣ Cidadania

Senge entrega assinaturas do “Paraná que Queremos” à Gazeta do Povo

“**Barraca da Cidadania**”, instalada no calçadão da Rua XV de Novembro em Curitiba, ajudou a mobilizar a população paranaense contra as irregularidades da Assembleia Legislativa do Paraná. Ao todo, mais de 3 mil assinaturas foram recolhidas

O diretor-presidente do Senge-PR, Valter Fanini, esteve no dia 1.º de dezembro na redação do jornal Gazeta do Povo para entregar ao vice-presidente do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), Guilherme Döring Cunha Pereira, as assinaturas recolhidas pela “Barraca da Cidadania”. A ação, que arrecadou aproximadamente duas mil assinaturas em apoio ao movimento “O Paraná que Queremos”, foi realizada pelo Senge-PR em conjunto com o Sindicato dos Administradores do Paraná (Sinaep), o Sindicato dos Economistas do Paraná (Sindecon-PR) e o Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (Sindivet).

Durante o encontro, Fanini destacou a importância do movimento liderado pelo jornal Gazeta do Povo e pela RPC TV e cumprimentou Cunha Pereira pela capacidade de aglutinação de diversas entidades em torno da campanha contra o esquema criminoso de desvio de dinheiro público da Assembleia Legislativa do Paraná. “Ficamos satisfeitos em poder colaborar com esta campanha e procuramos cumprir nosso papel em favor da justiça, da solidariedade, da ética na política e, com o apoio da população, colaborar na tentativa de livrar definitivamente o Paraná da corrupção”, ressaltou Fanini.

O vice-presidente do Grupo Paranaense de Comunicação, Guilherme Döring Cunha Pereira, agradeceu o empenho de todos os sindicatos envolvidos na campanha e a conscientização da população paranaense. “Chegamos a um nível de conscientização muito importante no Paraná e é fundamental para nós saber que o espírito que nos uniu



Valter Fanini e o vice-presidente do Grupo Paranaense de Comunicação, Guilherme Döring Cunha Pereira

continua vivo”, ressaltou Pereira.

O grupo de sindicatos aproveitou o encontro para parabenizar a equipe de jornalistas do GRPCom pela conquista histórica dos mais importantes prêmios do jornalismo brasileiro: o Prêmio Esso 2010 e Prêmio Imprensa

Embratel (Tim Lopes). Uma vitória que deve ser comemorada por todos os paranaenses que, assim como o Senge-PR, condenam a corrupção e defendem a liberdade de expressão e as causas que resultem no desenvolvimento da cidadania.

Sindicatos colheram mais de três mil assinaturas



O grupo de sindicatos instalou no dia 22 de setembro no calçadão da Rua XV de Novembro, em Curitiba, a “Barraca da Cidadania”. A ação foi encerrada dia 29 de outubro. Além de arrecadar assinaturas para o movimento “O Paraná Que Queremos”, a Barraca da Cidadania também arrecadou assinaturas para o abaixo-assinado promovido pelo Fórum Popular Contra o Pedágio, organização suprapartidária de defesa da cidadania e dos direitos constitucionais de liberdade e ir e vir. O Fórum pretende coletar 1,6 milhões de assinaturas para que o projeto de lei de iniciativa popular seja encaminhado ao Congresso Nacional.



▣ Em defesa do engenheiro

Contribuição sindical: saiba porque vale a pena se associar

CLT diz que todos os trabalhadores devem pagar a contribuição; para associados ao Senge-PR, ela não custa nada.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina que todo empregado deve pagar a contribuição sindical. Segundo a CLT, o trabalhador deve pagar o valor correspondente a um dia de trabalho por ano ao sindicato que representa sua categoria. O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) enviou à casa dos engenheiros não-associados, pelo correio, a guia para recolhimento da contribuição sindical obrigatória. O Senge-PR cobra o menor valor possível para a contribuição sindical. Ele é definido a partir do piso salarial profissional, o menor salário que pode ser pago aos engenheiros.

Seguindo orientação da Federação Interstadual dos Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), à qual é filiado, o Senge-PR passa a adotar o valor de oito vezes e meia o salário-mínimo vigente em 2010 para o piso profissional no cálculo da contribuição sindical. Assim, ela irá custar R\$ 144,50 em 2011, valor correspondente a um trinta avos de oito salários-mínimos e meio.

Prazo para quitação

A contribuição deve ser paga até o dia 28 de fevereiro de 2011. Os engenheiros que não realizarem a quitação do boleto, serão descontados automaticamente pela empresa em um dia de seu salário em março de 2011. Logo, os engenheiros que recebem salário superior ao piso profissional, que atualmente é de R\$ 4.335, irão economizar pagando os R\$ 144,50 definidos pelo Senge-PR.

Fique atento às datas e prazos de pagamento. Para evitar duplo pagamento, informe o setor de Recursos Humanos da sua empresa que você quitou sua contribuição sindical. Basta entregar ao RH da empresa uma cópia da guia devidamente quitada.

É possível não pagar a contribuição sindical?

Sim. O Senge-PR lhe oferece essa oportunidade. Para isso, basta se associar ao Sindicato. Engenheiros associados estão livres da contribuição sindical. Ao se tornar associado, o Senge-PR passa a pagar essa conta. Ser associado traz uma série de vantagens — descontos em assistência jurídica em todas as áreas, inclusive trabalhista, convênios com a Unimed Paraná e Odontoprev, bolsa de currículos e oportunidades de trabalho, entre outros.

Tudo isso custa pouco mais que a contribuição sindical obrigatória. Associar-se ao Senge-PR irá custar R\$ 28,00 por mês em 2011. Quem se associar em janeiro, não precisará pagar a contribuição sindical obrigatória que vence em fevereiro. O Senge-PR paga a contribuição sindical de todos os engenheiros celetistas associados e em dia com suas obrigações.

Faça a conta. A anuidade do Senge-PR em 2010 para engenheiros celetistas custa R\$ 316,00, com o desconto de 6% para o pagamento à vista. Descontada a contribuição sindical obrigatória de R\$ 144,50, os associados pagaram apenas R\$ 171,50 — o equivalente a R\$ 14,30 por mês.

Representar os engenheiros, lutar por seus direitos e interesses é a razão de existir do Senge-PR. Nas duas últimas décadas, o Sindicato se consolidou pela força que demonstra nas discussões por respeito aos profissionais e suas condições de trabalho. Com firmeza e determinação, o Senge-PR participa de negociações com empresas, busca acordos e convenções coletivas de trabalho, defende remunerações dignas aos engenheiros que prestam serviços como autônomos.

Além disso, o Sindicato é o espaço de participação política dos engenheiros. Assim, tem posições firmes, decididas, em favor da justiça, da solidariedade, da ética na política, da soberania do Estado nacional.

A força do Senge-PR vem da participação e da dedicação dos engenheiros. Assim, sua participação fortalece o Sindicato e a defesa da sua profissão, traz novas ideias para os desafios que enfrentaremos agora e no futuro. Participe. Associe-se ao Senge-PR. Acesse o site (www.senge-pr.org.br) e saiba como se associar.

Fortaleça quem luta por você. Nas ARTs, marque o código 201

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é obrigatória na execução de qualquer obra, atividade, projeto ou serviço executado nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. A taxa da ART é dividida entre o Conselho, a Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e a entidade de classe indicada por você.

Ao preencher suas ARTs, você pode marcar o código 201 no campo Entidade de Classe. Assim, escolhe o Senge-PR para receber a porcentagem destinada à entidade de classe.

O dinheiro da ART ajuda a fortalecer o o Sindicato que representa você e sua profissão, contribui com a manutenção de um trabalho que beneficia os engenheiros e a engenharia. Atualmente, os optantes pelo código 201 são apenas 5% dos emitentes de ART do Crea-PR. Quando preencher uma ART, não se esqueça de optar pelo código 201.

Agenda Sindical

□ Informações sobre o dia-a-dia e a atuação do Senge-PR

Sindicato realiza curso sobre direito trabalhista para engenheiros

Nos dias 31 de novembro e 1.º de dezembro o Senge-PR realizou o curso Direito Trabalhista Para Engenheiros, realizado e elaborado pela assessoria jurídica do Sindicato. O objetivo foi orientar os engenheiros e profissionais da engenharia sobre questões trabalhistas como acordo coletivo, estrutura do poder judiciário, da justiça do trabalho, tramitação processual e ações trabalhistas. O curso contou com a participação de aproximadamente 40 associados e foi ministrado pelas assessoras jurídicas do Senge-PR, as advogadas Giani Cristina Amorim, Adriana Frazão da Silva e Melina Aguiar Rosa.



Presidente do Senge-PR é eleito coordenador da regional paranaense do Dieese

O presidente do Senge-PR, Valter Fanini, foi eleito coordenador da regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. A votação foi realizada em assembleia no dia 23 de novembro, na sede do Senge-PR, com a participação de representantes dos sindicatos associados ao Dieese, dentre eles os sindicatos dos bancários de Curitiba, dos professores do Paraná, dos metalúrgicos e dos trabalhadores da indústria petroquímica. O mandato tem duração de seis meses. O Dieese é uma entidade reconhecida nacionalmente pela sua atuação idônea na fundamentação técnica das reivindicações dos trabalhadores. A entidade está presente em 17 estados, e há 55 anos atua na área de assessoria, pesquisa e formação sindical junto a entidades de trabalhadores.

Presidente do Senge-PR se encontra com diretor geral de Itaipu

No dia 1º de dezembro, o presidente do Senge-PR, Valter Fanini, aproveitou o lançamento do livro do escritor, ex-deputado federal e atual presidente do Conselho de Administração da Copel, Léo de Almeida Neves “Privatizações de FHC, a Era Vargas Continua” para conversar com o diretor-geral de Itaipu, Jorge Miguel Samek, autor do prefácio da obra.

Senge-PR realiza Assembleia Geral e Reunião do Conselho Deliberativo

No dia 26 de novembro, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná realizou em sua sede Assembleia Geral Ordinária e Reunião do Conselho Deliberativo da entidade. Durante os eventos, que contaram com a

participação de membros da Diretoria Executiva do Senge-PR, Diretores Regionais e associados em geral, foram aprovados o plano orçamentário para 2011 e foi definido o valor da Contribuição Sindical Obrigatória para o próximo ano. Também foram definidos os candidatos para as vagas para renovar os conselheiros do Senge-PR no Conselho Regional de Arquitetura Engenharia e Agronomia (Crea-PR).

Na parte da manhã, a reunião foi aberta pelo doutor em sociologia e pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Cepat), César Sanson, que realizou a palestra O Brasil que Saiu da Urnas, onde apontou as perspectivas do novo governo e as peculiaridades das eleições para presidente. “Não acredito que tenha ocorrido uma “onda verde” nestas eleições com o fator Marina Silva. Acredito que, dadas as contendas envolvendo temas religiosos, o Partido Verde tenha ficado com alguns votos de Dilma”, afirma Sanson. Quanto aos votos da presidente eleita, Sanson aponta que foram influenciados pela esperança de continuidade do atual governo. “A maioria dos eleitores não votaram apenas na Dilma, mas sim, na continuidade dos projetos do governo de Lula”, disse Sanson.

